



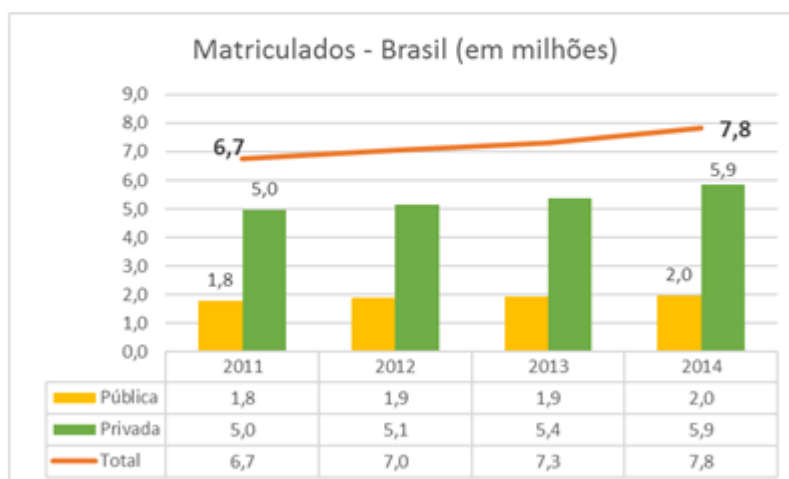
O IMPACTO DA QUALIDADE DO ENSINO MÉDIO NO ENSINO SUPERIOR: JANELAS DE OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Mozart Neves Ramos¹

Não podemos deixar de reconhecer o esforço que o Brasil vem fazendo para expandir as matrículas no ensino superior. Como exemplo, o Gráfico 1 mostra essa expansão no período mais recente de 2011 a 2014, cujo crescimento foi de 1,1 milhão de matrículas, passando de 6,7 milhões para 7,8 milhões, respectivamente. Analisando o cenário mundial, verificamos que esse esforço também está ocorrendo praticamente em todo o mundo. Segundo a conceituada revista *The Economist* em sua matéria de capa de junho de 2014, intitulada “High Education: Creative Destruction”, nas duas últimas décadas, a taxa de matrícula, na faixa etária de 18 a 24 anos, saltou de 14% para 32%; e o número de países com 50% ou mais nessa faixa etária de alunos na universidade subiu de 5 para 54! A África Subsariana é a única parte do mundo onde a “massificação” não está fortemente em evidência.

Gráfico 1. Número de matrículas presenciais e em EaD no ensino superior no período de 2011 a 2014.

Matriculados - Brasil



Apesar do reconhecido esforço, o percentual de jovens no Brasil de 18 a 24 anos é de 17% no Ensino Superior, o que é muito baixo, quando se compara a outros países. Por isso, o Plano Nacional de Educação (PNE) dedicou uma de suas vinte

¹ Mozart Neves Ramos é diretor do Instituto Ayrton Senna. Foi reitor da UFPE e secretário de Educação do Estado de Pernambuco.



metas, a de número 12, especificamente para tratar da expansão do Ensino Superior, cuja objetivo é alcançar 33% de matrículas para essa faixa etária até 2024.

Dos 7,8 milhões de alunos matriculados neste nível de ensino, 5,8 milhões estão no setor privado e 2,0 milhões no setor público. De acordo ainda com o Gráfico 1, observa-se que o grande crescimento se deu através do setor privado. A projeção para 2024, segundo o PNE, é que esse número chegue a 13 milhões. Trata-se de um grande esforço, que se apresenta como uma grande janela de oportunidade para o setor do ensino superior. Para que isto ocorra, além da necessidade de se manter o atual modelo público de financiamento para o setor privado do ensino superior, via Prouni e Fies, será também preciso melhorar substancialmente a qualidade da Educação Básica, em particular o atual modelo de escolas de Ensino Médio no Brasil.

A razão é simples: os déficits de aprendizagem dos alunos egressos do Ensino Médio são enormes. Por exemplo, dos que concluem esta última etapa da Educação Básica, apenas 9 de cada 100 alunos aprenderam o que seria esperado em Matemática ao final dessa etapa, e 27 em Língua Portuguesa, isso incluindo escolas públicas e particulares. Aqui deve residir uma preocupação para o sistema particular de ensino superior, que, em larga maioria, se depara com o desafio de colocar numa mesma equação quantidade e qualidade; em alguns casos, essa questão também é verificada no setor público de ensino superior. A pergunta que se coloca é de como ampliar ainda mais esse acesso sem comprometer a já tão comprometida qualidade?

No meu entendimento, a solução passa necessariamente por um maior envolvimento do setor do ensino superior com o Ensino Médio, seja na questão da formação de professores, seja no apoio à implantação de escolas de Ensino Médio de tempo integral com educação integral.

No que se refere à formação de professores para a Educação Básica, em particular para o Ensino Médio, o Brasil tem um grande desafio pela frente e, sem as universidades, não vai conseguir vencer o desafio da meta 15 do PNE.

A meta 15 estabelece que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior, obtida em cursos de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Os dados do censo de 2013 mostram que, nesse nível de ensino, trabalham 2.148.023 milhões de professores, dos quais 74,8% possuem formação superior. O país tem ainda 25,2% de professores sem curso superior, que estão mais localizados na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Isto corresponde a 500 mil professores que trabalham principalmente em municípios distantes dos grandes centros formadores de professores. Isto vai exigir uma boa articulação, através do regime de colaboração, entre tais municípios e o governo federal. Além desses professores sem formação superior, o país tem ainda 9,4% de professores com formação superior, mas sem possuir o curso de licenciatura; esses estão principalmente no Ensino Médio ou nas séries finais do Ensino Fundamental em disciplinas com escassez de professores. Este grupo chega a quase 200 mil professores!

Outro grupo de professores refere-se àqueles que, apesar de terem um diploma de nível superior, dão aulas em disciplinas para as quais não foram formados. Nessa situação, encontram-se, só no Ensino Médio, onde a situação é mais grave, 296.597 professores. Isso corresponde a 51,7% do total de docentes.

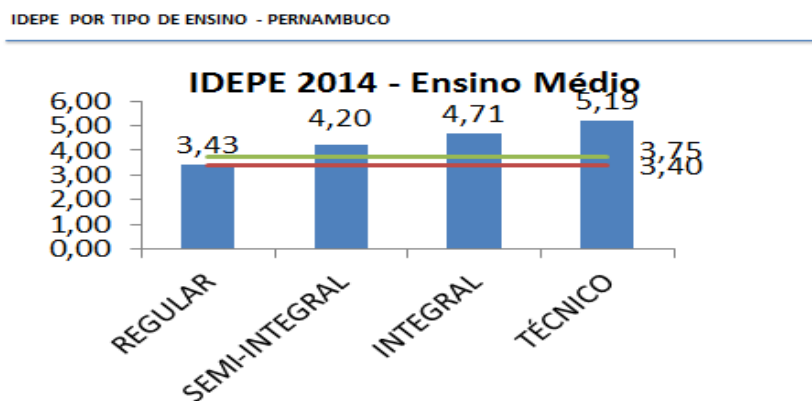


Portanto, sem professores bem formados e em quantidade para dar conta da atual demanda, será muito difícil vencer o desafio da qualidade do Ensino Médio em particular.

O segundo aspecto refere-se à implantação de escolas de tempo integral com educação integral. Esse pode ser o caminho do ambiente de referência para esta formação, inspirado nos exemplos de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

Por exemplo, o estado de Pernambuco iniciou, há doze anos, o programa de Escolas de Referência de Ensino Médio em tempo integral, cujos alunos têm um desempenho escolar bem superior ao daqueles que estudam em escolas de tempo parcial, como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2. Desempenho das escolas de tempo integral, como base no Idepe, com relação às escolas de tempo parcial.



Neste Gráfico, as escolas de tempo integral apresentam um desempenho 1,3 maior do que aquele verificado nas escolas de tempo parcial, tomando como base o Idepe – o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco, que tem uma forte correlação com o Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Mas não se trata apenas de mais tempo na escola. Esse modelo inclui um currículo de educação integral, com professores bem preparados e uma gestão escolar qualificada e profissional, assim como o implantado no estado do Rio de Janeiro, mas sem a escala de Pernambuco. O abandono escolar nessas escolas de tempo integral com educação integral é próximo de zero. Isso é um aspecto importante, pois o Brasil, por ano, R\$ 3,7 bilhões de reais com o abandono escolar no Ensino Médio, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Matrícula, taxa de abandono, número de abandonos, custo aluno e custo com abandono no Ensino Médio.

Nº de matrículas* (milhões)	Taxa de abandono (%)	Nº de abandonos	Custo aluno/ano R\$	Custo com o abandono escolar (em bilhões de Reais)
7,3	9,2%	671.600	5.546,00	3,7



O custo para manter essas escolas é da ordem de 40% a mais que o das de tempo parcial. Mas elas funcionam! Esse valor, por sua vez, é bem menor do que aquele que se perde com o abandono escolar. Segundo Derek Bock, ex-presidente da Universidade de Harvard, se você acha que a educação é cara, experimente a ignorância.

Tais escolas poderiam ser fruto de uma parceria entre Ministério da Educação, que pretende investir nesse modelo, Secretarias de Educação dos Estados e as Universidades e Faculdades que possuem cursos de Licenciaturas, incluindo quando necessário o terceiro setor, cuja participação tem sido decisiva para os modelos de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Objetivamente os insumos financeiros para tais escolas poderiam vir de um desenho que teria como inspiração a parceria entre o MEC, via Edital de financiamento, as Secretarias de Educação dos Estados, que já investem o valor aluno/ano de R\$ 5.500,00 reais – anuidade maior do que aquele praticado em alguns cursos superiores de instituições de ensino particular, eventuais recursos do terceiro setor – que já colocam atualmente, e programas existentes de apoio aos alunos de Licenciaturas, como o PIBID.

Um modelo poderia ser inspirado no fato de que muitas IES do setor particular funcionam apenas no período noturno. Dessa forma, o espaço, no período diurno, poderia ser usado na implantação de escolas de ensino; poderiam, inclusive, servir de estágio para os alunos dessas IES, como também para os próprios professores, criando assim a tão desejável ponte entre o Ensino Médio e o ensino superior.

Estamos diante de uma escolha. Penso que não deve ser difícil fazê-la se quisermos ter um país com futuro. E esse futuro só se constrói com jovens bem formados, da Educação Básica ao ensino superior!